



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000445573

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2095717-34.2025.8.26.0000, da Comarca de Piracicaba, em que é agravante CORINA APARECIDA CAMILO ARAUJO, é agravado BANCO CETELEM S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 16ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores COUTINHO DE ARRUDA (Presidente) E CARLOS EDUARDO BORGES FANTACINI.

São Paulo, 7 de maio de 2025.

MARCELO IELO AMARO

Relator

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 5612

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2095717-34.2025.8.26.0000

COMARCA: PIRACICABA

AGRAVANTE: CORINA APARECIDA CAMILO ARAÚJO

AGRAVADO: BANCO CETELEM S.A.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Assistência Judiciária – Ação declaratória de inexistência de relação contratual com pedido de repetição de indébito e reparação por danos morais - Indeferimento da benesse à pessoa natural – Documentos juntados aos autos insuficientes a corroborar a carência de recursos financeiros da parte agravante – Hipossuficiência financeira não demonstrada - Mantido o indeferimento da gratuidade ao recorrente – Efeito suspensivo revogado - **RECURSO NÃO PROVIDO.**

Trata-se de agravo de instrumento interposto por **CORINA APARECIDA CAMILO ARAÚJO**, nos autos da “ação declaratória de inexistência de relação contratual c/c repetição de indébito e reparação por danos morais com pedido de liminar c/c tutela de urgência subsidiariamente revisão taxas a luz BACEN”, impugnando a r. decisão lançada à fl. 101 do processo principal, que indeferiu o benefício da gratuidade postulado pela agravante.

Inconformada, diz a recorrente que “(...) *juntou declaração de hipossuficiência aduzindo não ter possibilidades de suportar as despesas processuais sem prejuízos para seu sustento e de sua família, inclusive todas as contas solicitadas, DIR, e o REGISTRADO, NÃO HÁ QUE DIZER EM OMISSÃO PARA PUNIR COM O RECOLHIMENTO DE CUSTAS UMA VIÚVA QUE TEM INÚMEROS EMPRESTIMOS NÃO CONTRATADOS ESTÃO EM DISCUSSÃO EM PROCESSOS PARALELOS) QUE CONSOMEM TODA SUA RENDA*” (fl. 04). Aduz que “(...) *o mero fato de a Agravante não possuir casa própria enfatiza que não possui condições de arcar com os ônus processuais*” (fl. 05). Pugna, por fim, pelo provimento do recurso.

Agravo processado sob efeito suspensivo (fl. 105), dispensadas as informações.

Contraminuta às fls. 110/115.

É o relatório.

O recurso não comporta provimento.

A respeito da gratuidade de justiça, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LXXIV, prevê seja prestada pelo Estado assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem efetiva insuficiência de recursos.

Referido direito constitucional restou expressamente reproduzido no artigo 98, *caput*, do Código de Processo Civil, sendo ampliado pelo artigo 99, § 3º, do mesmo Diploma Legal, ao assegurar a presunção de veracidade da alegação de impossibilidade de suportar as despesas processuais, deduzidas exclusivamente por pessoa natural, encontrando-se assim redigido:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. (...) § 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos; § 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Conforme se extrai da Legislação, confere-se ao magistrado a faculdade de indeferir o pedido de concessão da gratuidade, desde que haja nos autos elementos a evidenciar a falta de pressupostos legais para tanto; contudo, o condiciona a oportunizar à parte a comprovação do preenchimento de tais pressupostos (conf. art. 99, § 2º, do CPC, *supra* transcrito).

Compulsando os autos, verifica-se que a agravante busca a concessão da assistência judiciária sem trazer aos autos elementos que corroborem seu parco padrão de vida e a alegada falta de recursos, pelo que o pedido não pode ser acolhido.

Com efeito, os subsídios produzidos pela requerente não se mostram suficientes ao deferimento da pretensão. A agravante apresentou Histórico de Créditos emitido pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, demonstrando que é pensionista (pensão por morte previdenciária) e percebe remuneração mensal no valor de R\$ 4.623,82 (fls. 99/100, autos principais), situação que destoa das condições de pessoas desfavorecidas economicamente e extrapola o critério adotado para atendimento aos mais carentes pela Defensoria Pública do Estado de SP, correspondente a três salários-mínimos

mensais. Tal informação está corroborada pelo “Comprovante de Rendimentos Pagos e Imposto sobre a Renda Retido na Fonte Ano-Calendário 2024”, que indica que a agravante recebeu o montante de R\$ 52.801,85 em tal período (fl. 74).

Ademais, a recorrente apresentou Relatório de Contas e Relacionamentos, indicando que é titular de quatorze contas bancárias, todavia, juntou extrato somente daquela mantida junto ao Mercado Pago (fls. 71/72), deixando, ainda, de exhibir as últimas faturas de cartões de crédito, na forma determinada pelo Juízo *a quo*.

De tal modo, não foram apresentadas quaisquer evidências robustas que comprovem a incapacidade financeira da parte demandante em arcar com as custas processuais.

Acrescente-se que, levando-se em consideração o valor atribuído à causa (R\$ 9.972,62), a taxa judiciária resultará em montante pouco significativo, de modo a não impedir o recolhimento.

Neste particular: *"Se o julgador tem elementos de convicção que destroem a declaração apresentada pelo requerente, deve negar o benefício, independentemente de impugnação da outra parte. (JTJ 259/334)."* (Código de Processo Civil e legislação processual em vigor - Theotonio Negrão, José Roberto F. Gouvêa, Luis Guilherme A. Bondioli, João Francisco N. da Fonseca - 47. Ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 206).

No mais, é fundamental enfatizar, ainda, que o benefício da gratuidade judiciária não deve ser instrumento para buscar a neutralização dos riscos pertinentes aos custos existentes nas demandas judiciais. Tal benesse deve ser concedida aos que efetivamente necessitam do subsídio do Estado, de modo a ter garantido seu direito de acesso à justiça.

Não é demais observar que a presunção decorrente da declaração de pobreza possui natureza relativa, competindo ao MM. Juízo indeferir o benefício quando evidenciar elementos para tanto.

Nesse sentido, a lição de Daniel Amorim Assumpção Neves:

"A presunção de veracidade da alegação de insuficiência, apesar de limitada à pessoa natural, continua a ser a regra"

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

para a concessão do benefício da gratuidade da justiça. O juiz, entretanto, não está vinculado de forma obrigatória a essa presunção e nem depende de manifestação da parte contrária para afastá-la no caso concreto, desde que existam nos autos ao menos indícios do abuso no pedido de concessão da assistência judiciária. Afastada a presunção, o juiz intimará a parte requerente para que ele comprove efetivamente a sua necessidade de contar com a prerrogativa processual” (Manual de Direito Processual Civil, 8. ed, Salvador: Juspodivm, 2016, p. 237).

Em suma, não demonstrada de modo inequívoco a hipossuficiência financeira alegada, o caso era mesmo de indeferimento do benefício.

A propósito, sobre o tema, confira-se os seguintes precedentes desta C. Câmara:

AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA R. DECISÃO PELA QUAL FORAM INDEFERIDOS BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE REQUERIDOS PELO AGRAVANTE EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALEGAÇÃO DE INCORREÇÃO, COM PEDIDO DE REFORMA CPC HOJE EM VIGOR QUE REGISTRA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS NESSE SENTIDO FIRMADA POR PESSOA NATURAL DOCUMENTAÇÃO JUNTADA QUE, NO ENTANTO, NÃO SE MOSTROU ADEQUADA A COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE FINANCEIRA COMO ALEGADA, AINDA QUE APENAS MOMENTÂNEA MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA RECURSO NÃO PROVIDO (Agravado Interno Cível nº 2143626-43.2023.8.26.0000/50001, Rel. DES. SIMÕES DE VERGUEIRO, DJ 12/12/2023).

Justiça Gratuita. Ação declaratória. Contrato bancário. Indeferimento da gratuidade. Embora a atual norma processual tenha conferido nova roupagem ao instituto da assistência judiciária gratuita, ao incorporá-lo em seus artigos 98 a 102, sua essência como norma de isenção ao cumprimento da obrigação tributária - pois as custas são taxas -, em nada mudou. Necessidade de comprovação da situação de miserabilidade alegada para a concessão do benefício. Inexistência nos autos de prova da insuficiência financeira do agravante em arcar com as custas do processo. Recurso a que se nega provimento (Agravado de Instrumento nº 2277034-33.2023.8.26.0000, Rel. Des. MAURO CONTI MACHADO, DJ 06/12/2023).

Agravado de instrumento. Ação de cobrança. Gratuidade da justiça. Indeferimento. Inexistência de elementos a convencer da incapacidade financeira. Recurso não provido (Agravado de Instrumento nº 2230048-21.2023.8.26.0000, Rel. Des. MIGUEL PETRONI NETO, DJ 01/12/2023).

Agravo de instrumento - embargos à execução - gratuidade judiciária - elementos constantes nos autos aptos a afastar a alegação de total - impossibilidade de os recorrentes arcarem com o pagamento das custas iniciais relativas aos embargos - benefício acertadamente indeferido - agravo improvido. (Agravo de Instrumento nº 2085280-02.2023.8.26.0000, Rel. Des. COUTINHO DE ARRUDA, DJ 17/11/2023).

A hipótese, portanto, é de manutenção do indeferimento do benefício da assistência judiciária à recorrente.

Deverá a agravante comprovar o recolhimento das custas referentes ao presente recurso, no prazo de 5 dias, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa (art. 102 do CPC), medida que, por sua vez, deverá ser fiscalizada pelo MM. Juízo de origem.

Por fim, sedimentado entendimento de que não está obrigado o julgador a citar todos os artigos de lei e da Constituição Federal para fins de prequestionamento, ficando, então, consideradas prequestionada toda a matéria e disposições legais discutidas pelas partes.

Por todo o exposto, **nega-se provimento** ao recurso, revogando-se o efeito suspensivo concedido à fl. 105.

MARCELO IELO AMARO

Relator